

# **PANDEMIA E DESMANTELAMENTO DA UNIVERSIDADE ITALIANA: 50 ANOS DE SUA HISTÓRIA**

Alessandra Ciattini<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este texto discute os 50 anos de desmatelamento da universidade pública italiana. Destaca a transformação da universidade em um cenário marcado por políticas neoliberais que não escapam às indicações urgentes de Organismos internacionais como o Banco Mundial e instituições *Think Tanks* nacionais como por exemplo, no caso italiano, a Treelle Association. O trabalho reflete ainda como decretos em forma de reformas produziram um exército de reserva no mundo universitário instaurando várias modalidades de docentes que comumente são chamados de « precários », além de outras consequências destas contra-reformas como a diminuição de professores e alunos, o aumento das taxas universitárias e o declínio da qualidade do ensino. Conclui que o *Recovery Plan* (Plano de Recuperação), fundo disponibilizado pela Europa para enfrentar a crise pandêmica no país é insuficiente e o destinado a universidade visa apenas aprofundar processos de privatização alocando recursos apenas em setores de inovação e transferência de tecnologia.

**Palavras-chave: Universidade, Privatização, pandemia.**

## **Abstract:**

This elaborated discusses the 50 years of the dismantling of the Italian public university. It highlights the transformation of the university in a scenario marked by neoliberal policies that do not escape urgent indications from international organizations such as the World Bank

---

<sup>1</sup> Professora titular da Università di Roma « Sapienza ».

and national Think Tanks institutions such as, in the Italian case, the *Treelle* Association. The work also reflects how decrees of laws in the form of reforms produced a reserve army in the university world, establishing various types of professors that are commonly called « precarious » in addition to other consequences of these counter-reforms such as the reduction of teachers and students, the increase in university fees and the decline in the quality of education. It concludes that the Recovery Plan (Recovery Plan), a fund made available by Europe to face the pandemic crisis in the country, is insufficient and the one intended for the university is only intended to deepen privatization processes, allocating resources only to innovation and technology transfer sectors.

**Keywords :** University, Privatization, pandemic.

## **O ANDU**

Há várias décadas sou membro da Associação Nacional de Professores Universitários-ANDU, a qual foi fundada em 1998, mas de fato já existia desde 1996 e na qual a maioria dos trabalhadores temporários que, com diferentes contratos precários, já se encontravam trabalhando em universidades italianas. A ANDU continua a lutar pela defesa da Universidade pública e democrática, totalmente independente dos demais poderes do Estado, conforme consta no seu Estatuto, ainda que sua ação seja fortemente prejudicada pela baixa tendência de organização dos docentes universitários, como por exemplo, no Reino Unido, onde a *University and College Union* (UCU) é ativa e forte.

## **A transformação da Universidade**

Antes de passar a descrever o processo de transformação pelo qual passa o sistema de ensino e pesquisa universitária, convém reiterar que se trata de um fenômeno universal, que atinge as instituições universitárias tanto no Norte como no Sul Global.

Para reconstruir brevemente este processo, parto de um óbvio pressuposto teórico amplamente partilhado pelos estudiosos das ciências sociais: as transformações da forma e da organização social global geram mudanças mais ou menos profundas nas diferentes esferas e nas várias instituições que interagem em um determinado contexto histórico-social.

Referindo-me a este princípio e creio, portanto, que, se queremos compreender o que está acontecendo não só na universidade italiana, mas também em todos os outros países, os quais não escapam às indicações urgentes do Banco Mundial, devemos antes de tudo perguntar a nós próprios, sem pretender ser exaustivos, em que contexto histórico emergiu a crise sistêmica capitalista, que foi inicialmente respondida com a expansão do mercado, no qual estavam inseridos serviços - como a educação - anteriormente prestados pelo Estado.

O colapso dos países socialistas europeus, que - após décadas de propaganda destrutiva e depreciativa - se dissolvendo como neve ao sol, deu um importante contributo para estas mudanças, já que não podiam cumprir a função de um modelo social alternativo, que - apesar suas deficiências - os trabalhadores dos países capitalistas poderiam ser inspirados a reivindicar direitos e melhorias em suas condições sociais.

Este trágico evento significou a transição para um capitalismo selvagem que resultou na morte de cerca de 18 milhões de pessoas na Europa Oriental (12 milhões na atual Rússia) não mais sustentadas pelo Estado, cujos recursos públicos anteriormente eram acumulados pela ex-burocracia soviética.

Na base do processo de transformação da universidade está a política neoliberal (*laissez faire, laissez aller*) levada a cabo pelo Banco Mundial, que ao alavancar o instrumento de empréstimos tem favorecido certas mudanças consideradas adequadas do ponto de vista de seus funcionários e intelectuais. Obviamente o Banco Mundial - bastaria citar os nomes de seus dirigentes<sup>2</sup> - representa os interesses do atual capitalismo transnacional, dominado pelos Estados Unidos, que no entanto hoje parece claro para muitos que estes caminham para um declínio irreversível e dão sinais de enfraquecendo em benefício de outros centros capitalistas, como já escreveu Giovanni Arrighi (1996, p.425-466).

Tenho a convicção de que o processo de transformação da Universidade é um fenômeno mundial descrito por uma série de documentos de vários países (Bélgica, França, Grã-Bretanha, Brasil etc.), bem como de um excelente trabalho intitulado *The New Economic Global Order and its Effects on Higher Education Policies*, escrito por Angela C. De

---

<sup>2</sup> Recordo que os presidentes do Banco Mundial são sempre dos Estados Unidos.

Siqueira, apresentada como uma tese de doutorado na Florida State University (College of Education) em 2001. Este material mostra – de forma surpreendente - como são descritas as várias reformas que abalaram a universidade italiana nos últimos anos, preconizadas com os mesmos princípios, os mesmos *slogans* e as mesmas considerações de grupo de intelectuais e especialistas do Banco Mundial, tendo o Chile de Pinochet seu laboratório. Ainda, até a década de 60, a UNESCO, outra instituição multilateral, tratava em particular do problema educacional, tendo como referência a Declaração dos Direitos do Homem (1948), e portanto partindo da perspectiva da educação como um direito inalienável.

O retorno ao liberalismo trouxe uma nova concepção dele próprio. Como é sabido, sobretudo nos países mais influenciados pelas ideias da Revolução Francesa e de J. J. Rousseau, a educação em geral e a universitária em particular eram consideradas um direito do homem e do cidadão, a qual o Estado deveria garantir. Nestes países, sobretudo na Europa, estabeleceu-se também uma relação estreita entre educação e democracia, no sentido de que os cidadãos só poderiam exercer plenamente os seus direitos políticos se tivessem oportunidade de se educar, de conhecer a história, o funcionamento da vida social etc. Só assim ele poderia ser um agente político consciente, capaz de fazer escolhas de forma racional e fundamentada.

Deve-se acrescentar, no entanto, que muitas vezes - mesmo na Itália - esses princípios não se materializaram em práticas eficazes e permaneceram como palavras vazias. Por exemplo, na Europa apenas um pequeno número de jovens de famílias trabalhadoras e camponesas frequentava as universidades, nas quais eram formados por jovens pertencentes à pequena e média burguesia. E isso porque estes últimos poderiam continuar estudando sem a necessidade de trabalhar, e também ter a preparação cultural necessária, derivada da tradição familiar<sup>3</sup>. Além disso, embora em 1962 o colégio dos 11 aos 14 anos fosse unificado,

---

<sup>3</sup> No Caderno n. 3 da Treelle Association (2003), uma expressão do mundo Confindustrial (refere-se a confederação dos industriais italianos), vemos que na Itália as taxas universitárias cobrem menos de 15% dos custos e que, por lei, as universidades não podem cobrar dos alunos mais de 20% do fundo de financiamento ordinária, recebida pelo Ministério. Além disso, de acordo com a mesma fonte, são as classes média e média alta que se beneficiam do «quase gratuito» da Universidade, enquanto os alunos de baixo status socioeconômico são muito poucos em todos os países da OCDE (incluindo Itália) (2003, p.50). Observa-se que as taxas universitárias aumentaram cerca de 60% desde 2009 para compensar os cortes de financiamento.

nunca foi possível conseguir uma junção do colégio semelhante à proposta em 1972 pelo projeto de Marino Raichich, que deveria ter eliminado a divisão de classes entre os que poderiam continuar seus estudos frequentando a universidade e aqueles que teriam que começar a trabalhar trabalhar.

Na base da Universidade Europeu-Continental está outra ideia importante desenvolvida por Wilhelm von Humboldt (1767-1835), segundo a qual a instituição universitária deve, por sua natureza, ser autônoma do poder político e por isso encontrar uma resposta aos problemas gerais da sociedade. Como Rousseau, ele estava convencido de que o estado deveria promover a educação e o desenvolvimento moral dos cidadãos organizando escolas e universidades, onde a aprendizagem é principalmente ensinada (Geymonat, 1988, p.22-23). Para Humboldt, que foi ministro prussiano da educação e fundador da Universidade de Berlim, as instituições universitárias deveriam estar a serviço da nação e, portanto, não poderiam estar estritamente ligadas às necessidades limitadas e contingentes de uma determinada fase histórica e social. Deveriam olhar para o futuro da vida social e nacional, visando se possível mudança, mesmo preservando aquilo que é válido no transcorrer das transformações históricas. Humboldt também destacou que na instituição universitária deveria haver uma estreita ligação entre ensino e pesquisa. Portanto, sem às inovações trazidas pela pesquisa, não poderia haver ensino aberto às mudanças, à crítica da ordem existente.

Há uma diferença substancial entre as universidades, inspiradas no modelo francês e alemão, e aquelas desenvolvidas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. De fato, o modelo anglo-saxão não prevê um vínculo forte entre as universidades e o Estado, ainda que todas as universidades, inclusive as privadas, recebam grande parte de seu financiamento deste último. Nestes países, as universidades sempre gozaram de ampla autonomia, não estando sujeitas a nenhuma forma de controle ministerial, mas ao mesmo tempo sempre foram influenciadas por interesses privados que às subsidiavam. Conclui-se, portanto, que esse tipo de instituição universitária, não baseada em um modelo geral e não instituído pelo Estado, é apreciada pelos teóricos do neoliberalismo e pelos defensores da transformação da universidade.

Em particular, deve-se acrescentar que o poder econômico solicitou - inclusive na Itália - à transformação da Universidade e/ou à criação de instituições terciárias

profissionalizantes, cujo modelo as primeiras deveriam se inspirar. Estes últimos estão presentes em outros países de várias formas; parecem ter grande flexibilidade, são capazes de atender às necessidades da sociedade e da economia e são capazes de preparar os jovens para novas profissões técnicas e gerenciais, etc. Neste último, a pesquisa está ausente ou tem um papel secundário, os cursos são curtos, há pouco equipamento, mas garante-se lucros substanciais aos organizadores.

É interessante notar que a Associação *Treelle* da qual Attilio Oliva passa a ser presidente (antes era dirigida por Umberto Agnelli da FIAT), chama os poderes econômicos com termo neutro de *stakeholders* e também lhes atribui um papel na *governance*<sup>4</sup> nas universidades. Além disso, identifica uma série de novas missões para a Universidade, que hoje não teria mais o monopólio da pesquisa. Estas novas tarefas, ditadas pela necessidade de encontrar o equilíbrio entre o crescimento desinteressado do conhecimento e a sua utilização para fins práticos, dizem respeito à divulgação da cultura científica, à valorização do território, etc. Mas a Universidade também seria chamada a dar origem a novos empreendimentos, a favorecer a transferência de tecnologia para eles, com os quais teria que estabelecer relações « paternárias » (Associazione Treelle, 2003).

Infelizmente, esse processo de transformação já está muito avançado. Em muitos países, importantes expoentes de empresas capitalistas ou seus associados têm assento nos conselhos de administração das universidades, dirigindo suas pesquisas e o ensino. A presença de diversos modelos universitários (franco-alemão e anglo-saxão) é importante para análise porque as grandes potências coloniais e neocoloniais importaram o modelo metropolitano para seus domínios direto ou indiretamente. Por isso, por exemplo, na África as instituições universitárias são diferentes de acordo com o país: o modelo anglo-saxão é aplicado nos antigos países coloniais da Grã-Bretanha, o francês naqueles anteriormente dominados pela França.

Neste ponto penso estar bem claro que, se a mudança radical ocorrida nas últimas décadas significa - como vimos - que a Universidade deve responder com as suas atividades

---

<sup>4</sup> Como se observa em inglês, significa obrigação.

de investigação e ensino às necessidades imediatas do atual sistema econômico e seus grupos dominantes, isso implica inevitavelmente a alteração de sua natureza e a distorção de sua função, conforme previamente definido pelas correntes de pensamento acima mencionadas. Claro, isso é especialmente verdadeiro para aqueles países que, como a Itália, adotaram o modelo franco-alemão de universidade.

### **A Universidade Italiana e a história de seu desmantelamento**

Vamos voltar no tempo à partir de duas considerações preliminares. O primeiro, o Decreto do Presidente da República de 11 de julho de 1980, n. 382 que tratava da problemática dos trabalhadores precários (16.000 vagas para a função de pesquisador, hoje são cerca de 70.000)<sup>5</sup> e segundo, a sua estabilização prevista após julgamento de idoneidade com o artigo 57. Esta lei, cujo conteúdo nunca foi integralmente aplicado, deixava aberto vários problemas, como por exemplo, manteve intata a hierarquia acadêmica, a qual instituiu o papel subordinado dos investigadores, aos quais atribuiu também uma função didática que contraditoriamente não era plenamente reconhecida, e então, não solucionou o problema dos concursos universitários que de fato foram e são na Itália, e não só isso, sempre fruto da cooptação pessoal. No entanto, essa lei, nascida na complexa situação política pós-1968 e duramente criticada por muitos que a chamavam de *opera legis*, permitia milhares de jovens o acesso a empregos estáveis e ao mesmo tempo aumentava o número de professores universitários na perspectiva de criação de uma « universidade de massa » que nunca aconteceu.

Pode-se perguntar por que foram tantos anos de lutas dos trabalhadores precários para atingir esse objetivo limitado e cancelado na fase neoliberal que viu a explosão do número de trabalhadores temporários nas universidades e centros de pesquisa ? A resposta é bastante simples: consiste em afirmar de forma realista que o professor universitário é um funcionário público privilegiado, muito importante para o desenvolvimento e propagação das ideologias dominantes, que também pode se transformar em um político, muitas vezes apresentado por

---

<sup>5</sup> Os dados atuais sobre os professores precários são: 30.000 doutorandos ; 22.000 entre pesquisadores por contrato e pesquisadores temporários ; 28.000 docentes por contrato ; 47.000 docentes estruturados com perda de mais de 10.000 vagas nas últimas décadas e sem previsão de recuperação.

suas habilidades como neutro e, portanto, um verdadeiro e precisamente tecnocrata que exhibe suas escolhas como falsamente apolíticas e « objetivas ». Em duas palavras, ele está intimamente ligado ao poder político, que precisa absolutamente dele para persistir e se reproduzir inalterado.

O que aconteceu após o decreto-lei de 1980? Economistas heterodoxos argumentam que já no final da década de 1960 (na Itália houve um milagre econômico) o sistema capitalista entrou na já mencionada profunda crise sistêmica que persistiu com flutuações até hoje apenas agravada pela pandemia. Como mencionado, tem tentado se recuperar com políticas neoliberais, cancelando todas as conquistas dos trabalhadores obtidas sobretudo nos países capitalistas avançados após a Segunda Guerra Mundial, e envolvendo também o sistema educacional como um todo, que sofreu várias contra-reformas e cortes enormes. Os governos recentes fizeram muitas promessas, nunca cumpridas, para restaurar o agora enfraquecido e exaurido estado de bem-estar social.

Nesta era covídica severa e sufocante, alguém escreveu um sarcástico *Elogio do COVID* (Barbieri 2020), no qual esperava que a nossa infame classe dominante, em face do terrível desastre que causou com a agora esquecida Revisão de Gastos (*Spending Review*), se arrependesse e poderia reparar danos, investindo recursos no sistema de saúde e no sistema de educação, que estão intimamente ligados entre si. Infelizmente, um desejo totalmente possível, mas até agora deixado de lado.

Como antecipado, o neoliberalismo lançou um ataque contra o estado de bem-estar, contra o « imoral e improdutivo assistencialismo », contra todas as políticas de apoio econômico e social aos trabalhadores, contra a « pretensão absurda » de ter um emprego estável, terminando com o desmantelamento do ensino universitário, cuja função, de acordo com nossa Constituição de 1948, é estimular a ascensão social e preparar os indivíduos para a vida social e política. Esse golpe atingiu também o sistema de saúde na medida em que está vinculado ao primeiro.

O resultado foi precisamente a distorção geral da função do sistema educacional, que, além do mais, nunca havia sido plenamente executada; basta pensar na perene inadequação de recursos para garantir o direito à educação. Vejamos os passos mais importantes deste



processo, que - como já disse - não diz respeito apenas à Itália. O primeiro passo nessa direção foi a mercantilização da educação e da formação decidida, juntamente com a de outros serviços (comunicação, transporte, saúde, cultura, turismo etc.), em 1995 pelo GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) (V. de Siqueira, 2004).

A redução dos investimentos públicos em educação sempre foi na mesma perspectiva<sup>6</sup>, seguindo a linha que Adam Smith já havia indicado em sua famosa obra (*A Riqueza das Nações*, 1776), como Karl Marx sarcasticamente nos lembra: « Para evitar a atrofia completa de massa do povo, derivada da divisão do trabalho<sup>7</sup>, A. Smith recomenda a educação popular do Estado, embora em doses homeopáticas prudentes » (ver Manacorda 1964). Ou seja, reduzir ao mínimo o percurso formativo da maioria dos jovens, proporcionando-lhes apenas as noções essenciais ao trabalho a realizar, desviando o processo de aquisição de conhecimentos às necessidades do mercado de trabalho e privando-o inevitavelmente de sua riqueza. No entanto, tanto pela alta especialização que lhe é inerente, como pelas contínuas inovações tecnológicas, a indústria capitalista necessita de trabalhadores versáteis que recebam formação em tecnologia e no uso prático de ferramentas de produção em escolas específicas. Esta contradição resolve-se atribuindo a esta formação apenas um pequeno grupo de jovens, os futuros tecnocratas, que se verão a dirigir uma massa de trabalhadores não qualificados, cada vez mais precários e chantagistas.

Ressalte-se que com essas decisões os gastos com educação têm sido descarregados para os trabalhadores e suas famílias, economizando nos serviços sociais e reduzindo o que se denomina de salários indiretos. Indo diretamente para a situação italiana, menciono alguns dados que traçam o quadro de nossas universidades. Em primeiro lugar, importa referir que a despesa pública com a pesquisa foi reduzida em 21% em dez anos, de 2007 a 2016; este corte de 2008 a 2014 foi acompanhado pelo de 14% nas universidades públicas, num total de

---

<sup>6</sup> Na Itália, tudo começou com o Art. 5º da lei 537/1993, que se baseia na autonomia universitária e que fez de cada universidade um órgão autônomo com personalidade jurídica própria, que goza de autonomia regulatória, financeira, de ensino e pesquisa (lei 168/1989, art. 6º).

<sup>7</sup> Entre o trabalho intelectual e o manual e entre as funções individuais do trabalhador industrial.

cerca de 2 bilhões de euros. Assim, os fundos públicos destinados à pesquisa no nosso país são escassos, equivalentes a 1,34% do PIB contra uma média europeia de 2%.

Além disso, a crise de 2008 combinada com o corte dos fundos públicos levou a uma redução das matrículas nas universidades italianas, com uma contração de 20,4% entre os anos letivos 2003-2004 e 2014-2015. Paradoxalmente, estes intervieram justamente no momento em que os pesquisadores italianos registraram uma melhora na produção científica.

A diminuição dos recursos públicos afetou o tecido econômico italiano constituído majoritariamente por pequenas empresas, que não realizam atividades de pesquisa, e provocou a fuga de cérebros de cerca de 11.000 jovens acadêmicos e o bloqueio ara concurso docente. Uma perda significativa que agrava a já difícil situação socioeconômica do país<sup>8</sup>.

Resumindo, em apenas algumas décadas, a universidade italiana, que já tinha vários problemas, pela primeira vez em sua história, foi reduzida em termos gerais em cerca de um quinto. A redução foi muito maior do que nos outros setores públicos, enquanto, por exemplo, na Alemanha os fundos aumentaram. O fundo de financiamento ordinário (FFO) das universidades estaduais foi reduzido em mais de 20% (cerca de 5 bilhões). Para forçar a redução nos gastos, o número de docentes (principal item do custo das universidades) foi reduzido, estabelecendo um longo bloqueio na rotatividade, ou seja, a rotatividade dos aposentados. Já temos quase quinze mil (e o quadro técnico-administrativo também foi bastante reduzido). O sonho de uma geração de jovens pesquisadores que desejavam adentrar a universidade como docentes parece ter terminado. A maioria teve que se contentar com perspectivas de carreira precárias, mal remuneradas e sem perspectivas claras, enquanto se espera por tempos melhores. Outros emigraram para outros países, onde aderiram aos seus sistemas universitários, aos quais, assim, doamos às nossas custas o chamado capital humano altamente qualificado e formado.

A redução dos recursos públicos foi acompanhada por um aumento significativo da tributação dos estudantes, ao passo que a política de direito à educação (bolsas, habitação,

---

<sup>8</sup> [https://www.ansa.it/canale\\_scienza\\_tecnica/notizie/ricerca\\_istituzioni/2019/03/20/ricerca-in-italia-tagliato-il-21-fondi-in-10-anni-\\_08cd8e77-7cb2-406d-ab2d-0a55f7007636.html](https://www.ansa.it/canale_scienza_tecnica/notizie/ricerca_istituzioni/2019/03/20/ricerca-in-italia-tagliato-il-21-fondi-in-10-anni-_08cd8e77-7cb2-406d-ab2d-0a55f7007636.html)

serviços) é insignificante, nem os fundos europeus a aumentarão substancialmente. Nesse contexto, as dificuldades econômicas das famílias se agravaram e acabaram não mandando seus filhos para a universidade. Mesmo os registros, mais baixos do que os de outros países europeus, caíram cerca de um quinto em comparação com o passado.

Hoje são 1.700.000 alunos matriculados, dos quais uma parte está se formando, com uma perda neste ano de 9.500. Os graduados de institutos técnicos e vocacionais de famílias de baixa renda mais modestas e do Sul do país não se inscreveram na universidade. Os cursos de humanidades foram cortados e uma divisão clara foi criada entre as universidades da série A no Norte industrializado e as universidades da série B no Sul ainda mais empobrecida. No fundo, os vários governos não têm apoiado o ensino superior justamente nas regiões do país onde há menos estudantes universitários e o papel social das universidades seria mais relevante para a revitalização do território. Esta decisão política foi tomada para favorecer as estruturas capitalistas do norte, ocultando-as com uma ideologia positivista composta de indicadores e algoritmos, e inspirada na competição e no mérito (Viesti 2020)<sup>9</sup>.

Paralelamente a este processo, ocorreu também uma transformação em que as universidades não têm mais de fornecer conhecimentos, mas habilidades, que por sua natureza seriam mensuráveis e, portanto, permitiriam avaliar a capacidade de um determinado indivíduo realizar determinada atividade. Como escreve Giorgio Israel (2016), a introdução dessa noção seria necessária porque até agora o conhecimento encheu a cabeça dos alunos apenas de noções abstratas, sem manter vivo seu vínculo com a prática.

É claro que, desde o tempo de Sócrates, ninguém pensou em separar a teoria da prática, pois, em todas as ciências humanas e disciplinas científicas, conhecer um conceito significa ser capaz de usá-lo para resolver até mesmo problemas concretos complexos. Além disso, a crença na mensurabilidade das competências, amplamente apoiada pelos « reformadores » e traduzida no sistema de crédito, carece de qualquer fundamento, uma vez que é negada pela variabilidade individual e uma unidade de medida objetiva nunca foi

---

<sup>9</sup> Rapporto sull'università italiana - 2008-2020. <https://www.unrest-net.it/rapporto-sulluniversita-italiana/>

identificada. Tampouco está claro para seus proponentes em que consiste em si a competência, visto que existem dezenas de definições dela. Além disso, por se tratar de processos eminentemente qualitativos e não quantitativos (como queremos fazer crer), ao invés de medição poderíamos falar apenas de « estimativa », que inevitavelmente coincide com uma avaliação com caráter subjetivo e altamente variáveis.

Entre as competências, identificadas pela União Europeia, que devem ser adquiridas através dos estudos universitários e que revelam o seu carácter pragmático e empresarial, bem como brilham pela sua vagueza, genericidade, arbitrariedade, recordamos: 1) profissionalismo, entendido como o capacidade de propor desafios e demonstrar autoconfiança; 2) a capacidade de planejar, que assumiria a forma de espírito de iniciativa e flexibilidade; 3) capacidade de se relacionar, ou seja, ser capaz de persuadir e influenciar. Em suma, o sistema educacional deve formar todos os « pequenos empresários » capazes de autopromoção.

A noção de competência também se refere a outro aspecto das reformas neoliberais do sistema educacional, a saber, a famosa questão da relação educação-trabalho. Agora é importante sublinhar que existem várias formas de compreender esta relação; na tradição marxista existem três pilares do desenvolvimento hominilateral do homem: educação - trabalho - atividade física, que deve ser desenvolvida simultaneamente e não para fins externos a eles, mas apenas para dar substância ao desenvolvimento de todas as capacidades potenciais do individual.

A universidade que hoje nos é entregue pelas políticas neoliberais e pela crise provocada pela pandemia é muito diferente, voltada para fins externos a ela e funcionais aos interesses de grandes grupos, que precisam de pessoal formado unilateralmente para desempenhar certas funções e pesquisas específicas que direcionam para a produção de objetos que podem ser vendidos no mercado. E também precisam de mão-de-obra em formação para serem inseridos nos processos produtivos sem qualquer remuneração com a desculpa de prestar um serviço aos jovens, que terão de arranjar emprego. No entanto, todas essas vantagens não são suficientes para os representantes da Confindustria, que com a retirada da pesquisa básica e a ênfase na pesquisa aplicada, a profissionalização da universidade, a presença de particulares nos conselhos de administração das universidades,

imposta pela Lei Gelmini em 2010, fez assim que a pesquisa visasse satisfazer as necessidades das pequenas e médias indústrias típicas do tecido econômico italiano. Isso ocorre porque estes últimos são incapazes de desenvolvê-lo e, portanto, precisam de instituições públicas para fazê-lo por eles.

É muito fácil descobrir as razões por trás da introdução da noção de competências que originalmente se desenvolveu no contexto de negócios. Em primeiro lugar, na União Europeia, onde o capital, as mercadorias e o trabalho devem circular livremente, a uniformização dos sistemas escolares e universitários tornou-se urgente, a fim de adequar os trabalhadores às necessidades do mercado de trabalho. Em segundo lugar, essa abordagem está ligada à ideologia construtivista que se estabeleceu no campo da educação e da pedagogia, que considera a aprendizagem apenas um processo de adaptação ao meio em uma ética puramente utilitária.

Fiquei surpresa ao descobrir que esse conceito foi aplicado pela primeira vez durante a Segunda Guerra Mundial, quando, por exemplo, foi feita uma tentativa de medir a habilidade de um piloto de uma aeronave militar com base nos alvos que ele realmente atingiu, levando em consideração o número daqueles que ele deveria ter atingido. Do campo militar, a noção de competência foi transferida nos anos 60 do século XX para a esfera corporativa e posteriormente aplicada aos sistemas educacionais; aplicação baseada na falsa crença de que um processo complexo, como o da formação de um indivíduo, pode ser reduzido a elaborações abstratas com muito pouca conexão com a realidade.

Traçado este quadro decepcionante, vemos as medidas que têm sido tomadas pelo governo encarregado de reanimar o sistema nacional de educação e saúde nos aspectos em que este depende do primeiro, referindo-se a um documento da Associação Nacional dos Professores Universitários.

Há pouco ou nada na Lei Orçamentária de 2021 para o direito à educação, para os precários (provavelmente 63% da força de trabalho nas universidades e instituições de pesquisa), para o recrutamento, para a progressão na carreira. Em vez disso, 84 milhões (+ 44%!) Foram alocados para universidades privadas e 10 milhões para a Invitalia, a Agência Nacional para a atração de Investimentos e Desenvolvimento de negócios de propriedade do

Ministério da Economia e Finanças. Dos 500 milhões anuais atribuídos às universidades, 20 milhões para 2021 e 2022 serão atribuídos a empresas criativas e, em particular, ao desenvolvimento da relação universidade / empresa. Não está prevista a renovação do contrato de pessoal técnico administrativo (<http://www.andu-universita.it/2021/01/06/15-scientiati/>).

Não foi manifestada a intenção de reduzir o número limitado de cursos de Medicina e Cirurgia, Ciências das profissões da saúde, Ciências do ensino primário, etc, e isso apesar do fato de que a Organização Mundial da Saúde informou que faltam cerca de 50.000 médicos e 50.000 enfermeiros na Itália, que certamente teriam sido úteis nestes meses da pandemia. Direi mais, na carta que acompanha a Lei do Orçamento, já estão previstos cortes de 300 milhões no sistema de saúde, agora totalmente desastroso e privatizado (por exemplo, 18 hospitais fechados na região da Calábria 12 e Lazio), Justificado pelo futuro (?) Digitalização da Administração Pública.

Além disso, o simpático senhor Renzi, expoente do Partido Democrata, voltou a algumas questões que lhe são muito caras: abolir o valor jurídico da qualificação, ter o reitor escolhido pelo Conselho de Administração e não mais eleito pela comunidade universitária, ainda que de forma reduzida como é o caso agora, libertar a universidade dos constrangimentos da administração pública, restaurando a sua autonomia e aplicando o *Job Act* (Reforma Trabalhista) o que facilitaria as demissões. O ataque à universidade pública coaduna-se perfeitamente com aquele contra a escola, que já se arrasta há anos, e tem o objetivo deliberado de apagar a própria ideia de uma universidade de qualidade, democrática, aberta a todos e difundida no país.

Já o *Recovery Plan* (Plano de Recuperação), dinheiro disponibilizado pela Europa para enfrentar a crise pandêmica, disponibiliza mais de 8 bilhões para o item « Da Pesquisa às Empresas », e apenas 4,5 bilhões não estruturais para a pesquisa básica<sup>10</sup>. Globalmente, o Plano de Recuperação com o qual se distribuem os fundos disponíveis, muitos dos quais

---

<sup>10</sup> <https://www.today.it/attualita/recovery-plan-piano-amaldi-fondi-ricerca.htm>.

endividados, investe 15 bilhões no setor universitário e de pesquisa, nos processos de inovação e transferência de tecnologia; recursos insuficientes para um real objetivo de universidades e centros de investigação num país com o menor número de licenciados em comparação com outros parceiros europeus; recursos que também são alocados acentuando a distorção da função social da universidade pública, que agora se reduz a atuar como agência para o mercado de trabalho. Além disso, embora nos últimos tempos o número de alunos matriculados nas universidades tenha aumentado ligeiramente, o Plano de Recuperação reduziu pela metade os recursos previstos para o direito à educação e não aumentou o número dos isentos de taxas universitárias.

Como podemos ver, apesar da pandemia e de tanta retórica, não existe uma vontade de mudar o rumo das coisas, mas sim pretende-se persistir nas mesmas diretrizes econômicas e ideológicas adotadas nas últimas décadas por todos os governos, qualquer que seja sua orientação política. Afinal, podemos destacar a semelhança substancial entre as forças políticas italianas, nas quais as massas populares já não confiam, sobretudo, quando se deu vida ao atual governo chefiado pelo ex-banqueiro Mario Draghi que assumiu o governo em 13 de fevereiro de 2021 e que persistirá na política de desmantelamento do sistema universitário, ao menos que, professores e alunos comecem a se mobilizar.

## **Bibliografia**

Arrighi G., *Il lungo XX secolo. Denaro, potere e le origini del nostro tempo*, il Saggiatore, Milano 1996.

Associazione Treelle, Quaderno n. 3, *Università italiana, università europea? Dati, proposte e questioni aperte*, Settembre 2003.

Barbieri D., Elogio del Covid, in *Pandemia del XXI secolo*, a cura di A. Ciattini e M. A. Pirrone, PM Edizioni, Varazze 2020.

De Siqueira A.C., *The New Economic Global Order and its Effects on Higher Education Policies, A Dissertation submitted to the Department of Educational Foundations and Policy Studies in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy*, The Florida State University, College of Education, Fall Semester 2001.

De Siqueira A. C., *The regulation of education through the WTO/GATS*, <http://www.jceps.com/wp-content/uploads/PDFs/03-1-02.pdf>, 2004.

Geymonat L., "Intreccio di temi eterogenei nel pensiero tedesco", in *Storia del pensiero filosofico e scientifico*, vol. IV, Garzanti, Milano 1988.

Hobsbawm E. J., *Il secolo breve. 1914-1991: l'era dei grandi cambiamenti*, Rizzoli, Milano 1995.

Israel G., Un intervento nel dibattito sulle "competenze", <http://www.gliscritti.it/blog/entry/3672>, 2016.

Manacorda M. A., *Il Marxismo e l'educazione (Testi e Documenti 1843- 1964)*, A. Armando, Roma 1964

Smith A., *La ricchezza delle nazioni*, vol. III°, Newton Compton Editori, Roma 1976 (ed. or. 1776). Viesti G., *La laurea negata. Le politiche contro l'istruzione universitaria*, Laterza, Bari-Roma 2018.

#### Sitografia

[https://www.ansa.it/canale\\_scienza\\_tecnica/notizie/ricerca\\_istituzioni/2019/03/20/ricerca-in-italia-tagliato-il-21-fondi-in-10-anni-08cd8e77-7cb2-406d-ab2d-0a55f7007636.html](https://www.ansa.it/canale_scienza_tecnica/notizie/ricerca_istituzioni/2019/03/20/ricerca-in-italia-tagliato-il-21-fondi-in-10-anni-08cd8e77-7cb2-406d-ab2d-0a55f7007636.html).

<http://www.andu-universita.it/2021/01/06/15-scientiati/>.

<https://www.today.it/attualita/recovery-plan-piano-amaldi-fondi-ricerca.htm>l

<https://www.lacittafutura.it/economia-e-lavoro/un-bilancio-2021-di-assistenza-alle-imprese>